

# DIRIGISMO CONTRATUAL E O PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA E FUNÇÃO SOCIAL DO CONTRATO

**Marcio Rodrigues Oliveira**

Mestre em Hermenêutica e Direitos Fundamentais pela  
Universidade Presidente Antônio Carlos (UNIPAC), Juiz de Fora, Brasil  
Professor da Universidade Estácio de Sá (UNESA), Nova Iguaçu, Brasil  
Professor do Centro Universitário Augusto Motta (UNISUAM), Rio de Janeiro, Brasil  
[marcioliveira76@hotmail.com](mailto:marcioliveira76@hotmail.com)

## RESUMO

Trata-se de um trabalho que busca explorar os aspectos das relações contratuais sob a ótica da Intervenção do Estado nos negócios jurídicos de natureza privada. Para explicar a razão dessa intervenção abordaremos o Princípio da Autonomia da Vontade e o Princípio da Boa fé, sempre levando em consideração a necessidade de se manter a paz social como preconizava Thomas Hobbes. Por outro lado, vamos observar que a autonomia da vontade não é absoluta, pois não pode o Estado deixar ao arbítrio dos particulares estabelecerem relações que possam gerar um desequilíbrio para uma das partes, tornando a obrigação excessivamente onerosa. Por outro lado, com a Intervenção do Estado que se faz pelo Poder Judiciário o equilíbrio poderá ser restabelecido por intermédio da resolução do contrato.

**Palavras-chave:** Dirigismo. Dignidade. Autonomia. Boa-fé.

## DIRIGISMS CONTRACT AND THE PRINCIPLE OF HUMAN DIGNITY AND SOCIAL FUNCTION OF THE CONTRACT

## ABSTRACT

It is a work that seeks to explore aspects of contractual relationships from the perspective of state intervention in the legal business of a private nature. To explain why this intervention addresses the principle of freedom of choice and the principle of good faith, always taking into account the need to maintain social peace as envisaged by Thomas Hobbes. On the other hand, we note that freedom of choice is not absolute, since the State can not leave the choice of individuals to establish relationships that may pose an imbalance for a share of making the obligation excessively onerous. On the other hand, with the intervention of the State, the Judiciary does so through the balance may be restored through the termination of the contract.

**Keywords:** Dirigisme. Autonomy. Dignity. Good faith.

## 1 INTRODUÇÃO

Thomas Hobbes, em sua obra *Leviatã*, estabeleceu as bases do que seria a relação utilizada para justificar as relações de natureza contratual. Ao tratar da primeira e da segunda lei natural e dos contratos podemos observar pelas lições do referido autor que a liberdade se exprime pela ausência de impedimentos externos, e que cada um poderia fazer o que bem entender, conforme seu julgamento e sua razão.

Em sua concepção o homem vivia em constante estado de guerra, pois teria direito a todas as coisas, o que por si levava a um confronto que não permitiria alcançar a paz entre os homens. Portanto, Hobbes ensina que a primeira lei natural é do direito à paz, pois somente pela busca da paz podemos estabelecer uma sociedade em que o direito de um se dará ao respeitar o direito do outro.

A busca da paz leva aos primórdios da relação contratual, a partir do momento que o homem entende por renunciar ou a abandonar direitos ele o fará em benefício de alguém, estabelecendo vínculos mediante os quais o homem fica obrigado.

A transferência de direito ou renúncia é um ato voluntário, e o objetivo é um bem para si mesmo. A essa transferência mútua de direitos é que se chama contrato.

Modernamente o conflito entre a liberdade de contratar ou o dirigismo contratual nos remete para um novo paradigma de direito contratual, fazendo acréscimos e trazendo modificações dos parâmetros aplicados nas relações de natureza contratual.

O dirigismo contratual advém da necessidade de se controlar o individualismo contratual, pois ao analisarmos os princípios contratuais encontramos na autonomia da vontade a liberdade de contratar aquilo que pretender ou de contratar ou não contratar. E se essa liberdade fosse absoluta o indivíduo buscaria o interesse próprio em prol do interesse social. Neste sentido, a tão celebrada paz estaria ameaçada e os homens voltariam ao estado de constante guerra entre si.

O que se deve buscar é um equilíbrio entre a efetividade dos contratos firmados pelos particulares, justiça social e liberdade de contratar.

Neste universo do dirigismo contratual temos que: a aplicação da Teoria do *pacta sunt servanda* e a Teoria da Função Social dos contratos, sendo esta polêmica o cerne deste artigo. Pois teremos um conflito entre a força obrigatória dos contratos e a função social que deve garantir a paz entre os homens por meio de suas concessões mútuas, cuja finalidade maior deverá ser a de manter a ordem social.

O objetivo deste artigo é a dicotomia entre liberdade contratual e função social e a consequente intervenção do Estado nessas relações.

## 2 PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA

Com o advento do Código Civil de 2002, o abismo existente entre o Direito Privado e o Direito Público deixou de existir. Um exemplo disso pode ser observado pela aplicação do princípio da dignidade da pessoa humana. O referido princípio, tanto por seu conteúdo social e jurídico, quanto por sua relevância constitucional, é de extrema importância para o direito privado, bem como para o direito público.

Pode-se observar a sua aplicabilidade no campo do direito privado por conta de sua diferenciação conceitual perante os demais princípios oriundos da doutrina moderna; para a doutrina esse princípio se destaca entre os demais, sendo inclusive superior normativamente aos demais princípios.

O princípio da Dignidade da Pessoa Humana se encontra elencado no art. 1º, III da Constituição Federal de 1988, como um princípio fundamental, *in verbis*:

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em **Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:**

I - a soberania;

II - a cidadania;

**III - a dignidade da pessoa humana;**

IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;

V - o pluralismo político.

Parágrafo único. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição. (BRASIL, 1988, s/p, grifo nosso).

O princípio da dignidade da pessoa humana valoriza a sociedade como um todo, pois representa uma cláusula geral de proteção – tutela – e promoção da pessoa humana, a qual pelo ordenamento jurídico moderno é tomada por seu valor máximo.

A referida proteção e a consequente valoração dos direitos da personalidade, que emanam do princípio da dignidade da pessoa humana, incidem de forma direta nas relações contratuais, notadamente as que ocorrem entre os particulares.

### 3 A LIBERDADE DE CONTRATAR E O DIRIGISMO CONTRATUAL

Existem várias formas para se expressar o sentido de um contrato. Tecnicamente Caio Mário da Silva Pereira, (2004 *apud* RIZZARDO, 2006, p. 6) conceitua contrato tratando-se de:

[...] um acordo de vontades, na conformidade da lei, e com a finalidade de adquirir, resguardar, transferir, conservar, modificar ou extinguir direitos, ou sinteticamente, é um acordo de vontades com a finalidade de produzir efeitos jurídicos.

Desmembrando o conceito podemos afirmar em um primeiro momento que a relação contratual é um negócio jurídico bilateral, em que é necessário que haja consentimento válido, emanado de vontades que não contenham defeitos tais como erro, dolo, fraude, coação, estado de perigo, ou seja, vontades livres e que não afrontem a ordem legal, tendo como fundamentos objetivos específicos, tais como produção de direitos.

Alguns requisitos se apresentam como fundamentais para a realização da relação contratual, a saber: capacidade das partes, objeto lícito, possível, determinado ou determinável e forma prescrita ou não defesa em lei.

No tocante aos princípios devemos dar especial destaque ao princípio da Autonomia da Vontade. A partir da origem desse princípio, se assegurou à vontade humana a possibilidade de criar direitos e obrigações, em especial a obrigatoriedade das convenções, equiparando o contrato à própria lei entre as partes.

Por esse princípio é que podemos afirmar que o contrato é o acordo soberano de vontades livres, vontades que observando as normas legais se vinculam entre si abrindo mão de alguns direitos e contraindo deveres, mas sempre em razão de sua própria e soberana vontade, que afastou quase completamente a interferência estatal.

A liberdade de contratar nunca foi absoluta, pois sempre esbarrou nos princípios de ordem pública. A autonomia da vontade está intimamente ligada à liberdade de contratar; esta por sua vez se submete a limitações, em especial às ligadas à função social dos contratos. Significa, ainda, a escolha de contratar ou de não contratar, liberdade de escolher com quem contratar, estabelecer o conteúdo e os limites das obrigações, liberdade de expressar a sua vontade na forma que quiser, porém com a proteção do direito.

A liberdade de contratar pode ser vista sob dois aspectos, os quais sejam: a liberdade de contratar ou não contratar e contratar aquilo que pretendem. Nisso se inclui a escolha da modalidade de contrato, que pode ser um contrato típico, ou seja, modelo contratual constante do ordenamento jurídico ou atípico, modelo de contrato conforme as necessidades das partes. As partes podem elaborar cláusulas, estipular direitos e conferir obrigações.

Nesse sentido, o princípio da autonomia da vontade impera. As normas civis são aplicadas de forma supletiva ou dispositiva. Porém, vale ressaltar que a liberdade de contratar sofre limitação diante de uma norma de ordem pública e de ordem econômica. A interferência do Estado na relação contratual privada mostra-se crescente e progressiva.

Na análise de Arnaldo Rizzardo (2009, p. 19) a respeito da liberdade e função social do contrato:

Justamente a exagerada autonomia da vontade leva a depararmos com inúmeras situações sociais conflitantes. Na prática, uns vencem mais que os outros, dispõem de maior discernimento e tino negocial. Muitas pessoas revelam uma vontade fraca. Deixam-se enleiar na insídia, ou são desavisadas e desprovidas de uma visão real e ampla do mundo que as cerca. Oferecem todas as condições para serem prejudicadas.

Portanto, podemos afirmar que a função social nada mais é do que a busca pela paz enumerada por Hobbes como sendo a primeira Lei Natural.

A respeito da função social do contrato Glauber Moreno Talavera (2005)<sup>1</sup>, em artigo intitulado “A função social do contrato no Novo Código Civil”, publicado Boletim ADCOAS- doutrina, n.º 12, dezembro de 2002 p. 399:

A função social do contrato exprime a necessária harmonização dos interesses privativos dos contraentes com os interesses de toda a coletividade; em outras palavras, a compatibilização do princípio da liberdade com a igualdade, vez que para o liberal o fim principal é a expansão da personalidade individual e, para o igualitário, o fim principal é o desenvolvimento da comunidade em seu conjunto, mesmo que ao custo de diminuir a esfera de liberdade dos singulares.

O exercício do princípio da autonomia de vontade está condicionado aos princípios da função social do contrato, da boa-fé e da probidade Art. 422 do Código Civil. Desta forma fica mantido o poder conferido aos contratantes de estabelecer o vínculo obrigacional, desde que o contrato se submeta às normas jurídicas e seus fins não contrariem o interesse coletivo.

O dirigismo contratual gerou restrição ao princípio da autonomia da vontade, possibilitando a intervenção estatal nos contratos.

O Estado fica autorizado a proteger os economicamente mais vulneráveis, resultando no sacrifício, às vezes, de interesses particulares em prol da coletividade.

O dirigismo contratual, portanto, se destaca pela intervenção do estado por meio de legislação específica com objetivo de fazer prevalecer o interesse coletivo, protegendo o economicamente mais vulnerável do domínio do economicamente mais forte, minimizando as desigualdades entre as partes que celebraram os contratos.

Portanto, o dirigismo contratual tende a dar direção à atividade de natureza econômica e à atividade contratual, de forma a corresponder às expectativas da justiça social ou distributiva e da garantia a dignidade da pessoa humana, possibilitando assim a resolução do contrato por onerosidade excessiva ou em caso de dolo, mesmo contrariando a autonomia da vontade.

A liberdade de contratar ou não contratar ou de contratar aquilo que

pretender, ou seja, a autonomia da vontade será direcionada a atender ao bem-estar da sociedade e modernamente à sua função social.

A intervenção do Estado nas relações contratuais se apresenta como um antídoto ao sentimento egoísta em busca do que é melhor para o indivíduo, visa suplantar esse sentimento e busca o equilíbrio entre as partes.

Sendo assim, o Estado estará em busca de fazer prevalecer os interesses comuns e da sociedade, preservando a igualdade de direitos ou sua manutenção nas relações contratuais, sendo certo que o desrespeito às cláusulas contratuais levará ou à revisão ou à resolução da relação contratual.

A liberdade, embora não absoluta, não significa dizer que caberá ao Estado intervir em toda e qualquer relação contratual. Cabe ressaltar que essa intervenção não é do Estado como Poder Executivo e sim do Estado Juiz, que somente poderá interceder em situações excepcionais ou extraordinárias, sempre em não havendo a possibilidade de negociação entre as partes interessadas visando ao interesse comum.

Em função disso, identificamos que cada vez mais, a distinção entre o público e o privado fica atenuada. Os espaços públicos e privados aproximam-se do direito social, cuja função é patrocinar o bem-estar dos que compõem sua estrutura, ficando cada vez mais difícil delimitar onde começa um e termina o outro.

Portanto, o dirigismo contratual tem a função de regulamentação legal do contrato, e a ideia principal é a de controlar um determinado individualismo contratual que acaba por prejudicar o interesse social em determinados setores.

#### 4 INTERVENÇÃO DO ESTADO NAS HIPÓTESES DE CLÁUSULAS ABUSIVAS

Com o advento do Código de Defesa do Consumidor (CDC) passamos a perceber a Intervenção do Estado nos contratos de consumo em razão da presença no referido código das cláusulas abusivas. Sob essa ótica foi possível perceber o dirigismo contratual, quando o Estado observa um desequilíbrio na relação contratual entre fornecedor de produtos ou serviços e o consumidor como destinatário final.

As cláusulas abusivas, por razões óbvias, desfavorecem a parte mais fraca na relação contratual, que invariavelmente é o consumidor. Podemos citar as lições de Cláudio Belmonte (2002, p. 141), que ao tratar de cláusula abusiva, explica:

Assim, o ponto fulcral da caracterização da abusividade consiste na existência de cláusulas que coloquem o consumidor em desvantagem contratual exagerada em relação ao fornecedor, independentemente de essa situação ter sido gerada em face do dispar poder econômico entre as partes, ou do uso de condições gerais, ou, ainda, pelo simples fato de se estar utilizando contratos por adesão.

Há de se ressaltar que a interferência do Estado só ocorrerá com a intenção de trazer a paz às partes que estão em contenda. E não é qualquer conflito que fará com que o Estado interfira na relação privada, há a necessidade de ser um prejuízo enorme para uma das partes.

Esse abuso aparece normalmente nos contratos de adesão pela natureza dessa relação, eis que não há a possibilidade de discutir as cláusulas contratuais em igualdade de condições. Há sempre a possibilidade de uma das partes estabelecer cláusulas que sejam desfavoráveis ao contratante com a consequente inserção de cláusulas abusivas. Porém, a aplicabilidade da legislação do Consumidor só será possível nas relações de consumo. Nos demais casos, ou seja, nas relações Civis, aplica-se o Código Civil vigente.

Porém, é possível encontrar afirmativas no sentido de prevalecer a força vinculante do contrato. Essa afirmativa será facilmente derrubada, pois as cláusulas abusivas aparecem em relações contratuais de consumo, pois nessas relações facilmente teremos o hipossuficiente, que é exatamente a situação de desvantagem que se quer evitar com o dirigismo contratual. E na maioria das vezes o hipossuficiente não estará em condições de impedir a inclusão de cláusulas abusivas.

A proteção aos direitos do consumidor está presente em nosso ordenamento jurídico. A Constituição de 1988, no inciso XXXII, do artigo 5º estabelece: “O Estado promoverá, na forma da lei, a defesa do consumidor” (BRASIL, 1988, s/p).

Mais adiante, a própria Constituição estabelece, no art. 24 incisos VIII, que será competência legislativa concorrente da União, dos Estados e do Distrito Federal: “Responsabilidade por dano ao meio ambiente, ao *Consumidor*, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico” (BRASIL, 1988, s/p).

Além disso, no Título VII – Da Ordem Econômica e Financeira, no



Capítulo I – Dos Princípios Gerais da Atividade Econômica, a defesa do consumidor é destacada no inciso V, como princípio a assegurar a todos a existência digna, conforme os ditames da justiça social. O Código de Defesa do Consumidor veio amparar o Consumidor perante a economia de massa, o poder econômico público e privado, e “permitiu que se afugentasse a crise de identidade desse grande anônimo da economia moderna, mas seu personagem fundamental” (VENOSA, 2003, p. 33).

## 5 CONTRATAÇÃO COATIVA

O Estado, por força constitucional, poderá explorar serviços de forma direta ou indireta mediante concessão, permissão ou autorização. O contrato coativo envolve esses prestadores de serviço público que recebem do poder público a possibilidade de executar esses serviços. Por isso se diz que a liberdade de contratar é direcionada, já que o acordo é imposto.

Integram-se nesse contexto as relações entre as concessionárias de serviço público de fornecimento de luz, água, telefone, gás e o consumidor. Nesse tipo de contrato a empresa não tem liberdade de se recusar a contratar com o usuário, desde que estejam adequadas a condições gerais e desde que existam condições para prestação do serviço. O usuário não terá a liberdade de recusar ou dispensar esses serviços, em razão do caráter público e da necessidade de utilizá-los. Nesse caso, as partes não têm liberdade de contratar.

Ao Estado cabe, então, o poder de impor uma condição ao particular para contratar o serviço, manifestando assim seu poder coercitivo sobre as atividades econômicas.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a evolução da sociedade as relações contratuais sofreram uma constante evolução, o que fez surgir novos contratos, e em especial os contratos de massa; esses contratos são normalmente estabelecidos como sendo contratos de adesão, em que não há a mínima possibilidade de discussão de cláusulas contratuais.

Para esses casos a doutrina começou a admitir a intervenção do Estado com a finalidade de manter a paz social, o equilíbrio entre as partes, notadamente para diminuir as diferenças de natureza econômica que possam causar ou trazer a uma das partes danos irreparáveis ou de difícil reparação ou quando acontecerem situações imprevisíveis e extraordinárias capazes de diminuir a condição socioeconômica de uma das partes na relação contratual.

Mas a aceitabilidade dessa intervenção foi marcada por passos lentos, pois poucas foram as decisões dos tribunais quando da vigência do Código Civil anterior. Sendo certo que com mais força observa-se a admissão do dirigismo contratual no final das décadas de 1980 e início da década de 1990, quando surgiu o Código de Defesa do Consumidor e outras legislações, com o permissivo da Intervenção do Estado em domínio contratual de natureza privada.

Com o advento do Código de Defesa do Consumidor, passamos a adotar como forma de resolução do contrato a teoria da imprevisão, que permite a revisão dos contratos quando ocorrer a onerosidade excessiva, coibindo os institutos da lesão, do enriquecimento sem causa e do abuso de direito, que são praticados ostensivamente no mercado atual, por meio dos contratos de adesão, merecendo especial destaque, os contratos financeiros.

Com a teoria da imprevisão o Poder Judiciário ganhou um poderoso instrumento a ser aplicado em revisões ou mesmo extinções de contratos, que por conta de eventos extraordinários e imprevisíveis tornou a relação contratual extremamente onerosa para uma das partes.

A teoria da imprevisão foi reforçada com o surgimento do Código Civil Brasileiro vigente e deu maior status à intervenção do domínio econômico sobre determinadas matérias.

Com surgimentos destes diplomas legais ganhou força a intervenção do Estado nos contratos, surgindo aí um Estado interventor, um Estado-Juiz, em que o Poder Judiciário ganhou maior liberdade para intervir nas relações contratuais, com a finalidade de manter a paz social e evitar o constante estado de guerra que é natural da condição humana. Por essa intervenção pode o Estado-Juiz até anular ou rescindir o contrato, quando houver onerosidade

excessiva, que tenha cunho de lesar, enriquecer-se sem causa ou abusar do direito da parte inferior na relação.

O Superior Tribunal Federal (STF) julgou uma ação direta de inconstitucionalidade, na qual consta o voto do Ministro Eros Grau, que reconheceu a aplicabilidade do CDC em contratos de instituições financeiras, o que favorece o consumidor, parte mais fraca da relação contratual. Ocorre que o STJ já havia decidido a questão na súmula 297, que versa sobre a aplicação do CDC nos contratos financeiros.

Cabe ressaltar que a máxima da intervenção estatal no domínio econômico encontra-se no § 2º do art. 3º e inc. VIII do art. 6º, ambos do CDC, em que os serviços bancários, financeiros, de crédito e securitários foram considerados serviços oferecidos ao mercado de consumo, sendo admitida a inversão do ônus probatório, institutos que até recentemente tinham alguma resistência dos Tribunais Estaduais.

Conclui-se que, atualmente, o dirigismo contratual é uma realidade e antes de ser uma violência às relações privadas é uma segurança de que a paz social, a autonomia e a função social que se busca nessas relações serão mantidas com a Intervenção provocada e justa do Estado, que irá interceder por meio do Poder Judiciário.

## REFERÊNCIAS

BELMONTE, Cláudio. **Proteção contratual do consumidor**: conservação e redução do negócio jurídico no Brasil e em Portugal. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 05 out. 1998. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 26 fev. 2015.

HORA NETO, João. O princípio da função social do contrato no Código Civil de 2002. **Jus Navigandi**, Teresina, v. 10, n. 1028, 2006. Disponível em: <http://jus.com.br/artigos/8262/o-principio-da-funcao-social-do-contrato-no-codigo-civil-de-2002>>. Acesso em: 02 dez. 2011.

RIZZARDO, Arnaldo. **Contratos**: Lei nº 10.406, de 10.01.2002. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2006.

VENOSA, Silvio de Salvo. **Teoria geral dos contratos**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2003. v. 3.